



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

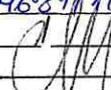
São Paulo, 07 de agosto de 2020.

**Ofício GP nº 1234/2020
SEI-008110/2020-71**

Assunto: Relatórios Trimestrais – Exercício de 2020.

CPI das Santas Casas – Promulgação da Lei nº 13.757, de 19/10/2009

Senhor Presidente

A MESA
<i>Publique-se. A CFC para ciência. Junte-se ao Processo RCL nº 4681/10.</i>

Presidente

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, ao ensejo, encaminho a essa Augusta Assembleia Legislativa, em versão eletrônica, os relatórios do 1º e 2º trimestres de 2020, referentes à CPI das Santas Casas - Promulgação da Lei nº 13.757/09.

Na oportunidade, transmito votos de elevada estima e consideração.



**EDGARD CAMARGO RODRIGUES
PRESIDENTE**

Excelentíssimo Senhor Deputado
CAUÊ MACRIS
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
SÃO PAULO - SP

RFM/nst
/e-mail: cauemacris@al.sp.gov.br, spl-diretoria@al.sp.gov.br

De: Expediente Presidência/GAB/ALESP
Para: Secretaria Geral Parlamentar/ALESP@ALESP

Data: Terça-feira, 11 De agosto De 2020 04:35 PM
Assunto: Fw: Ofício GP nº 1234/2020 - TCE-SP - Relatórios Trimestrais - Exercício de 2020 - CPI das Santas Casas

----- Mensagem original -----

De: "GP - Gabinete da Presidência" <presidencia@tce.sp.gov.br>

Para: <expedientepres@al.sp.gov.br>

Cc:

Assunto: Ofício GP nº 1234/2020 - TCE-SP - Relatórios Trimestrais - Exercício de 2020 - CPI das Santas Casas

Data: ter, 11 de ago de 2020 11:20

Prezados,

De ordem do Senhor Presidente, encaminhamos o Ofício GP nº 1234/2020, juntamente com os respectivos relatórios.

Atenciosamente,



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Gabinete da Presidência
presidencia@tce.sp.gov.br

Anexos:

OFICIO-GP-1234-2020.PDF

1-TRIMESTRE-2020.pdf

2-TRIMESTRE-2020.pdf

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

Relatório dos dados exigidos pela lei n.º 13.757/2009

Número do processo: 167/004/17
CNPJ da entidade fiscalizada: 53.534.121/4400-01
Nome da entidade fiscalizada: Associação da Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos
Nome(s) do(s) dirigente(s): Celso Zanuto - CPF:078.874.558-12
Data da fiscalização: 23/07/2017
Tipo de atividade exercida pela entidade: Prestação de serviços de saúde à coletividade.
Função exercida pela entidade: Prestação de serviços de saúde de média e de alta complexidade.
Órgão concessor: Secretaria de Estado da Saúde - Departamento Regional de Saúde de Marília
Valor empenhado pelo Estado: 2.307.064,99
Município: MARILIA
Valor empenhado: 0,00
Exercício: 2015

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 28/11/2019
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta
Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta
Recomendações do TCESP: Com ressalvas da prestação de contas das despesas realizadas no exercício de 2015 a título do Convênio nº 332, de 21/03/14, havido entre a Secretaria da Saúde, por meio da UGE-Depto. Regional de Saúde de Marília e a Sta. Casa de Misericórdia de Ourinhos, de R\$ 2.454.014,63.
Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 1032/005/14
CNPJ da entidade fiscalizada: 53.221.255/0001-40
Nome da entidade fiscalizada: Associação São Francisco de Assis na Providência de Deus
Nome(s) do(s) dirigente(s):
Data da fiscalização: 25/11/2014
Tipo de atividade exercida pela entidade: Serviços de Saúde
Função exercida pela entidade: Gerenciamento do Hospital Estadual
Órgão concessor: Secretaria Estadual de Saúde
Valor empenhado pelo Estado: 119.191.829,31
Município: PRESIDENTE PRUDENTE
Valor empenhado: 0,00
Exercício: 2013

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 19/12/2019

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

Divergência de saldo e reflexos no cronograma físico e financeiro. Parecer conclusivo em desacordo com as instruções do TCESP. Falta de formalização do termo de permissão de uso de bens imóveis. Não apresentação da manifestação dos conselhos existentes

Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta

Recomendações do TCESP: Elaboração do Parecer conclusivo nos termos das instruções do TCESP. Formalização do termo de permissão de uso de bens imóveis

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 7021/989/19

CNPJ da entidade fiscalizada: 57.388.506/0001-37

Nome da entidade fiscalizada: Hospital de Caridade Anita Costa

Nome(s) do(s) dirigente(s): Luiz Infante - CPF:725.620.808-15

Data da fiscalização: 27/02/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: Prestação de serviços de saúde

Função exercida pela entidade: Atendimento à saúde

Órgão concessor: Prefeitura Municipal

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: RIBEIRAO DOS INDIOS

Valor empenhado: 105.000,00

Exercício: 2017

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 14/03/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

Não houve

Sanções aplicadas pelo TCESP: não houve

Recomendações do TCESP: Celebrar ajuste específico nos termos da LF 13019/14

Demais providências assinaladas: não houve

Número do processo: 2470/989/19

CNPJ da entidade fiscalizada: 55.344.337/0001-08

Nome da entidade fiscalizada: Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente

Nome(s) do(s) dirigente(s): Edson Freitas de Oliveira - CPF:065.051.848-99

Data da fiscalização: 06/03/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: Atendimento à saúde

Função exercida pela entidade: Prestação de serviços de saúde

Órgão concessor: Secretaria de Estado da Saúde

Valor empenhado pelo Estado: 18.208.872,00

Município: SAO PAULO

Valor empenhado: 0,00

Exercício: 2017

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 09/03/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
N/C

Sanções aplicadas pelo TCESP: N/C

Recomendações do TCESP: N/C

Demais providências assinaladas: N/C

Número do processo: 477/989/19

CNPJ da entidade fiscalizada: 53.221.255/0001-40

Nome da entidade fiscalizada: ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROV DE DEUS

Nome(s) do(s) dirigente(s): NELIO JOEL ANGELI BELOTTI -
CPF:036.126.158-66

Data da fiscalização: 01/02/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: Atendimento de saúde

Função exercida pela entidade: Prestação de serviços de saúde

Órgão concessor: Prefeitura Municipal

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: ROSANA

Valor empenhado: 72.000,00

Exercício: 2017

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 24/04/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
N/C

Sanções aplicadas pelo TCESP: N/C

Recomendações do TCESP: N/C

Demais providências assinaladas: N/C

Número do processo: 476/989/19

CNPJ da entidade fiscalizada: 55.686.786/0001-34

Nome da entidade fiscalizada: ospital e Maternidade de Rancharia

Nome(s) do(s) dirigente(s): Fernão Salles de Araújo -
CPF:072.830.408-20

Data da fiscalização: 14/01/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: ATENDIMENTO A SAÚDE

Função exercida pela entidade: Prestação de serviços de saúde

Órgão concessor: Prefeitura Municipal

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: JOAO RAMALHO

Valor empenhado: 34.000,00

Exercício: 2017

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 16/01/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
N/C

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

Sanções aplicadas pelo TCESP: N/C
Recomendações do TCESP: N/C
Demais providências assinaladas: N/C

Número do processo: 475/989/19
CNPJ da entidade fiscalizada: 57.388.506/0001-37
Nome da entidade fiscalizada: HOSPITAL DE CARIDADE ANITA COSTA
Nome(s) do(s) dirigente(s): LUIZ INFANTE - CPF:725.620.808-15
Data da fiscalização: 14/01/2019
Tipo de atividade exercida pela entidade: Atendimento à saúde
Função exercida pela entidade: Prestação de serviços de saúde
Órgão concessor: Prefeitura Municipal
Valor empenhado pelo Estado: 0,00
Município: PIQUEROBI
Valor empenhado: 168.000,00
Exercício: 2017

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 25/01/2019
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
N/C
Sanções aplicadas pelo TCESP: N/C
Recomendações do TCESP: N/C
Demais providências assinaladas: N/C

Número do processo: 150/006/15
CNPJ da entidade fiscalizada: 55.990.451/0001-05
Nome da entidade fiscalizada: Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Imaculada Conceição
Nome(s) do(s) dirigente(s): João Luiz Marinho -
CPF:413.983.278-91
Data da fiscalização: 05/02/2015
Tipo de atividade exercida pela entidade: atendimento médico hospitalar
Função exercida pela entidade: atendimento médico hospitalar
Órgão concessor: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Valor empenhado pelo Estado: 0,00
Município: RIBEIRAO PRETO
Valor empenhado: 310.000,00
Exercício: 2011

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 09/01/2020
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta
Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta
Recomendações do TCESP: Deve o Executivo Municipal avaliar com rigor novos repasses da mesma espécie à entidade em função do contido nestes autos.

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 165/006/15

CNPJ da entidade fiscalizada: 47.404.801/0001-86

Nome da entidade fiscalizada: Sociedade Beneficente de Cravinhos - Santa Casa

Nome(s) do(s) dirigente(s): Edison Minohara - CPF:023.971.378-87

Data da fiscalização: 09/03/2015

Tipo de atividade exercida pela entidade: atendimento médico hospitalar

Função exercida pela entidade: atendimento médico hospitalar

Órgão concessor: Prefeitura Municipal de Cravinhos

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: CRAVINHOS

Valor empenhado: 385.113,10

Exercício: 2012

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 11/12/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta

Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta

Recomendações do TCESP: Deve o Executivo Municipal melhor avaliar futuros repasses ao terceiro setor como os da espécie.

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 680/008/17

CNPJ da entidade fiscalizada: 47.074.851/0001-42

Nome da entidade fiscalizada: Fundação Padre Albino

Nome(s) do(s) dirigente(s): José Carlos Rodrigues Amarante - CPF:784.539.258-87

Data da fiscalização: 19/02/2018

Tipo de atividade exercida pela entidade: Saúde

Função exercida pela entidade: Atendimento médico

Órgão concessor: Secretaria de Estado da Saúde

Valor empenhado pelo Estado: 5.389.345,03

Município: SAO PAULO

Valor empenhado: 0,00

Exercício: 2016

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 17/12/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta

Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta

Recomendações do TCESP: Nada consta

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 15033/989/19

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

CNPJ da entidade fiscalizada: 50.795.566/0001-25
Nome da entidade fiscalizada: BANCO DE OLHOS DE SOROCABA
Nome(s) do(s) dirigente(s): PASCOAL MARTINEZ MUNHOZ -
CPF:144.399.728-53
Data da fiscalização: 06/12/2019
Tipo de atividade exercida pela entidade: Atendimento médico-hospitalar e ambulatorial
Função exercida pela entidade: Atendimento médico-hospitalar e ambulatorial
Órgão concessor: Secretaria de Estado da Saúde
Valor empenhado pelo Estado: 5.312.397,54
Município: SOROCABA
Valor empenhado: 0,00
Exercício: 2018

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 31/01/2020
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Não houve.
Sanções aplicadas pelo TCESP: Não houve.
Recomendações do TCESP: Que a Origem passe a indicar o número do contrato de gestão e o órgão público contratante, no corpo dos documentos originais das despesas, e a cumprir integralmente o artigo 3º, I, "d", do Decreto Estadual nº 64.056/18.
Demais providências assinaladas: Não houve.

Número do processo: 15082/989/19
CNPJ da entidade fiscalizada: 61.699.567/0001-92
Nome da entidade fiscalizada: ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - SPDM
Nome(s) do(s) dirigente(s): RONALDO RAMOS LARANJEIRA -
CPF:042.038.438-39
Data da fiscalização: 06/12/2019
Tipo de atividade exercida pela entidade: Atividade médico-hospitalar
Função exercida pela entidade: Atividade médico-hospitalar
Órgão concessor: Secretaria de Estado da Saúde
Valor empenhado pelo Estado: 54.618.154,13
Município: SOROCABA
Valor empenhado: 0,00
Exercício: 2018

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 29/02/2020
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Não houve.
Sanções aplicadas pelo TCESP: Não houve.
Recomendações do TCESP: Necessidade de adequações para cumprimento do Decreto Estadual 64.056/2018, no que diz respeito

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

à transparência.

Demais providências assinaladas: Não houve.

Número do processo: 25263/989/19

CNPJ da entidade fiscalizada: 70.945.936/0001-70

Nome da entidade fiscalizada: Irmandade da Santa Casa de São Roque

Nome(s) do(s) dirigente(s): Leila Maria de Oliveira Camilo -
CPF:769.965.818-34

Data da fiscalização: 06/12/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: atividades médico-hospitalares

Função exercida pela entidade: atividades médico-hospitalares

Órgão concessor: Prefeitura Municipal

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: SAO ROQUE

Valor empenhado: 450.000,00

Exercício: 2019

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 13/12/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

Não se aplica

Sanções aplicadas pelo TCESP: Não houve

Recomendações do TCESP: Não houve

Demais providências assinaladas: Não houve

Número do processo: 23194/989/19

CNPJ da entidade fiscalizada: 51.332.658/0001-31

Nome da entidade fiscalizada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Laranjal Paulista

Nome(s) do(s) dirigente(s): Wanderlei Augusto Vison -
CPF:020.880.268-19

Data da fiscalização: 20/11/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: Assistência médico-hospitalar

Função exercida pela entidade: Assistência médico-hospitalar

Órgão concessor: Secretaria Estadual da Saúde

Valor empenhado pelo Estado: 1.556.538,26

Município: LARANJAL PAULISTA

Valor empenhado: 0,00

Exercício: 2018

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 11/02/2020

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

Sem ocorrências dignas de nota

Sanções aplicadas pelo TCESP: Não houve aplicação de sanções

Recomendações do TCESP: Não houve recomendações

Demais providências assinaladas: Não consta

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

Número do processo: 1379/011/15
CNPJ da entidade fiscalizada: 04.685.273/0001-78
Nome da entidade fiscalizada: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales - Consirj
Nome(s) do(s) dirigente(s): Humberto Parini - CPF:711.686.808-91; José Pedro Venturini - CPF:928.401.678-91
Data da fiscalização: 11/12/2015
Tipo de atividade exercida pela entidade: Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências.
Função exercida pela entidade: Prestação de serviços médicos plantonistas a distância.
Órgão concessor: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales - Consirj
Valor empenhado pelo Estado: 0,00
Município: JALES
Valor empenhado: 576.000,00
Exercício: 2012

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 25/10/2019
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas: Nada consta
Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta
Recomendações do TCESP: Nada consta
Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 14023/989/18
CNPJ da entidade fiscalizada: 09.549.061/0001-87
Nome da entidade fiscalizada: GRUPO DE APOIO A MEDICINA PREVENTIVA E A SAUDE PUBLICA - GAMP
Nome(s) do(s) dirigente(s):
Data da fiscalização: 14/06/2018
Tipo de atividade exercida pela entidade: Atividade de Apoio à Gestão de Saúde
Função exercida pela entidade: Gestão Complementar dos Serviços de Saúde
Órgão concessor: Prefeitura Municipal
Valor empenhado pelo Estado: 0,00
Município: BARRA DO TURVO
Valor empenhado: 774.100,10
Exercício: 2015

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 07/02/2020
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas: Ausência de Prestação de Contas.
Sanções aplicadas pelo TCESP: Devolução de R\$ 774.100,10,

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

suspensão de recebimento de repasses à Entidade.

Recomendações do TCESP: Remessa de cópia da decisão ao Ministério Público Estadual e prazo para a Municipalidade informar as providências adotadas

Demais providências assinaladas: Nihil

Número do processo: 127/012/15

CNPJ da entidade fiscalizada: 05.103.990/0001-14

Nome da entidade fiscalizada: INSTITUTO CASA BRASIL

Nome(s) do(s) dirigente(s): JOSÉ RICARDO ROSA DOS SANTOS -
CPF:104.461.888-40; ROSALY MEDEIROS MORTATI -
CPF:037.457.568-19

Data da fiscalização: 23/03/2015

Tipo de atividade exercida pela entidade: Apoiar, incentivar, desenvolver e promover a Saúde, Educação (ensino, qualificação profissional, pesquisa e extensão), a Ciência e a Tecnologia (sistema de informação), Assistência Social e o Meio Ambiente

Função exercida pela entidade: Gestão do Serviço de Saúde

Órgão concessor: Prefeitura Municipal

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: CANANEIA

Valor empenhado: 1.661.603,98

Exercício: 2013

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 03/07/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

Ausência do demonstrativo e parecer técnico evidenciando que o Contrato de Gestão representa vantagem econômica para a Administração, em detrimento da realização direta do seu objeto; Ocorrência de irregularidades nas despesas efetuadas pela entidade, consideradas impróprias pela fiscalização, por não serem afetas ao objeto do Contrato de Gestão, totalizando R\$ 377.220,23, passíveis de devolução, dentre outras.

Sanções aplicadas pelo TCESP: Irregular com imposição e devolução das despesas impróprias.

Recomendações do TCESP: Sem recomendações.

Demais providências assinaladas: Remessa de cópia dos Autos ao Ministério Público Estadual.

Número do processo: 197/012/15

CNPJ da entidade fiscalizada: 12.123.731/0001-03

Nome da entidade fiscalizada: ONG UMA VISÃO PARA O FUTURO DO VALE DO RIBEIRA

Nome(s) do(s) dirigente(s): IRSON CARRAVIERI -
CPF:296.536.308-49

Data da fiscalização: 16/07/2015

Tipo de atividade exercida pela entidade: Apoio à gestão à saúde

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

Função exercida pela entidade: Pronto Atendimento Municipal

Órgão concessor: Prefeitura Municipal

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: ELDORADO

Valor empenhado: 123.360,98

Exercício: 2012

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 12/12/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

Ausência de Prestação de Contas.

Sanções aplicadas pelo TCESP: Devolução de R\$ 123.360,98.

Recomendações do TCESP: Envidar esforços para cobrança dos valores repassados.

Demais providências assinaladas: Oficiar à Câmara Municipal.

Número do processo: 282/012/09

CNPJ da entidade fiscalizada: 51.318.830/0001-00

Nome da entidade fiscalizada: SAMI - Sociedade de Assistência à Maternidade e à Infância de Juquiá

Nome(s) do(s) dirigente(s): Benedito Donisete Alemão Packer - CPF:749.508.438-34

Data da fiscalização: 18/08/2009

Tipo de atividade exercida pela entidade: Atividades de Atendimento Hospitalar

Função exercida pela entidade: Gestão do Hospital Santo Antônio de Juquiá

Órgão concessor: Prefeitura Municipal

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: JUQUIA

Valor empenhado: 3.022.631,68

Exercício: 2008

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 14/06/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

Contrato de Comodato utilizado para abarcar empregados em desatendimento ao artigo 37, II, da CF e ausência de recolhimento de encargos sociais.

Sanções aplicadas pelo TCESP: Multa de 200 (duzentas) UFESPs aos responsáveis.

Recomendações do TCESP: Exoneração de servidores que laborem em atividades alheias às do Hospital e recolhimento dos encargos sociais.

Demais providências assinaladas: Remessa de cópia aos subscritores de expedientes, Receita Federal e INSS, assim como à D. Procuradoria-Geral de Justiça

Número do processo: 287/013/15

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

CNPJ da entidade fiscalizada: 47.598.818/0001-11
Nome da entidade fiscalizada: ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA DE DOURADO
CASA DE SAÚDE SANTA EMILIA
Nome(s) do(s) dirigente(s): JOSÉ ANTÔNIO PAVANELLI -
CPF:028.385.428-69
Data da fiscalização: 23/03/2015
Tipo de atividade exercida pela entidade: Atividades de
atendimento hospitalar.
Função exercida pela entidade: Atividades de atendimento em
pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a
urgências
Órgão concessor: Prefeitura Municipal de Dourado
Valor empenhado pelo Estado: 0,00
Município: DOURADO
Valor empenhado: 150.000,00
Exercício: 2013

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 18/12/2019
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta
Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta
Recomendações do TCESP: Aos responsáveis para que observem e
façam observar as prescrições de regência.
Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 162/016/14
CNPJ da entidade fiscalizada: 50.055.250/0001-05
Nome da entidade fiscalizada: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE
ITARARÉ
Nome(s) do(s) dirigente(s): CECÍLIA MARIA MARTINS TEIXEIRA -
CPF:344.249.701-91; LINEU PINTO - CPF:044.961.128-09
Data da fiscalização: 01/04/2014
Tipo de atividade exercida pela entidade: SERVIÇOS MÉDICO
HOSPITALARES
Função exercida pela entidade: SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALARES
Órgão concessor: PREFEITURA
Valor empenhado pelo Estado: 0,00
Município: ITARARE
Valor empenhado: 3.583.887,28
Exercício: 2012

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 26/11/2019
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Conforme Recomendações
Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta
Recomendações do TCESP: severa advertência à Prefeitura de
Itararé para que promova permanente estudo quanto aos resultados

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

obtidos na operação de seus convênios, a fim de obter dados que evidenciem proveito nas transferências de serviços públicos essenciais à iniciativa privada com arrimo no § 1º, do artigo 199, da CF/88.

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 23251/989/18

CNPJ da entidade fiscalizada: 47.969.134/0001-89

Nome da entidade fiscalizada: Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca

Nome(s) do(s) dirigente(s):

Data da fiscalização: 20/11/2018

Tipo de atividade exercida pela entidade: Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento e urgência

Função exercida pela entidade: Dispensar assistência médico-hospitalar gratuita a todos os enfermos necessitados, comprovada a condição, através de assistência social, entre outros.

Órgão concessor: Prefeitura Municipal de Franca

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: FRANCA

Valor empenhado: 2.500.000,00

Exercício: 2018

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 21/01/2020

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta

Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta

Recomendações do TCESP: Nada consta

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 350/018/11

CNPJ da entidade fiscalizada: 53.526.281/0001-87

Nome da entidade fiscalizada: Assistencia Social Mariana de Pacaembu

Nome(s) do(s) dirigente(s): Irani Aparecida de Oliveira Morichita - CPF:088.037.608-22

Data da fiscalização: 19/09/2011

Tipo de atividade exercida pela entidade: Assistência Social e Saúde

Função exercida pela entidade: Assistência Social e Saúde

Órgão concessor: Prefeitura Municipal de Pacaembu

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: PACAEMBU

Valor empenhado: 252.815,44

Exercício: 2010

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 25/10/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Julgou irregular a prestação de contas conforme art. 33, inciso III, b, da LC 709/93

Sanções aplicadas pelo TCESP: -

Recomendações do TCESP: -

Demais providências assinaladas: -

Número do processo: 193/019/18

CNPJ da entidade fiscalizada: 43.464.882/0001-59

Nome da entidade fiscalizada: Beneficência Portuguesa de Amparo

Nome(s) do(s) dirigente(s):

Data da fiscalização: 21/02/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: Estabelecer, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, um programa de parceria na assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Função exercida pela entidade: Manter o hospital com especialidades médicas e cirúrgicas diversas e manter leitos e serviços hospitalares para uso público gratuito.

Órgão concessor: Prefeitura Municipal de Amparo

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: AMPARO

Valor empenhado: 2.196.415,63

Exercício: 2015

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 07/11/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

A fiscalização apontou ocorrências, dentre elas: i) o demonstrativo integral das receitas e despesas apresentado pela entidade conveniada não separa os repasses de fonte municipal e federal e não discrimina as despesas realizadas no exercício; ii) algumas metas não foram integralmente cumpridas; iii) parecer conclusivo não separa os valores por fontes municipal e federal; iv) em razão da documentação da movimentação financeira estar incompleta, não foi possível realizar a análise das movimentações dos recursos do convênio; v) não há informações se os dirigentes da entidade foram remunerados; vi) não foram fornecidas as certidões de regularidade perante o FGTS, INSS e PIS/PASEP; vii) não foram apresentados os registro de receitas e despesas por conta do convênio; viii) adquiridos bens patrimoniais; ix) houve aquisição de bens patrimoniais, mas não foi fornecida a documentação suficiente pela Origem para afirmar que as aquisições ocorreram ou não por conta dos recursos do convênio; x) não foram apresentados os pareceres do Conselho Fiscal e nem o da Auditoria Independente.

Sanções aplicadas pelo TCESP: Deixa de propor a condenação à

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

devolução de valores em razão da inexistência de indícios de desvios de valores e/ou malversação de recursos.

Recomendações do TCESP: Não houve recomendações.

Demais providências assinaladas: Não houve providências assinaladas.

Número do processo: 194/019/18

CNPJ da entidade fiscalizada: 43.464.882/0001-59

Nome da entidade fiscalizada: Beneficência Portuguesa de Amparo

Nome(s) do(s) dirigente(s):

Data da fiscalização: 21/02/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: Estabelecer, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, um programa de parceria na assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Função exercida pela entidade: Manter o hospital com especialidades médicas e cirúrgicas diversas e manter leitos e serviços hospitalares para uso público gratuito.

Órgão concessor: Prefeitura Municipal de Amparo

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: AMPARO

Valor empenhado: 1.678.928,59

Exercício: 2016

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 07/11/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

A fiscalização apontou ocorrências, dentre elas: i) a entidade não encaminhou comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados; ii) o município não demonstrou que a parceria permanece a melhor opção para a administração pública; iii) metas que não foram integralmente cumpridas; iv) o demonstrativo integral das receitas e despesas apresentado pela entidade conveniada não separa os repasses de fonte municipal e federal e não discrimina as despesas realizadas no exercício; v) parecer conclusivo não separa os valores por fontes municipal e federal; vi) em razão da documentação da movimentação financeira estar incompleta não foi possível realizar a análise das movimentações dos recursos do convênio; vii) os recursos não foram movimentados em conta corrente específica; viii) a entidade não possui informações sobre o convênio na internet, em contrariedade à Lei federal nº 12527/11.

Sanções aplicadas pelo TCESP: Deixa de propor a condenação à devolução de valores em razão da inexistência de indícios de desvios de valores e/ou malversação de recursos.

Recomendações do TCESP: Propõe severa recomendação para que os partícipes se atentem à fundamentação deste voto, promovendo as medidas saneadoras para os próximos exercícios no caso de nova parceria.

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1º TRIMESTRE DE 2020

Demais providências assinaladas: Nada consta

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2º TRIMESTRE DE 2020

Relatório dos dados exigidos pela lei n.º 13.757/2009

Número do processo: 15446.989.16-2
CNPJ da entidade fiscalizada: 60.598.448/0018-29
Nome da entidade fiscalizada: CRUZADA BANDEIRANTE SAO CAMILO DE ASSISTENCIA MEDICO SOCIAL
Nome(s) do(s) dirigente(s): Antonio Mendes Freitas -
CPF:581.653.559-53
Data da fiscalização: 10/11/2016
Tipo de atividade exercida pela entidade: Serviços de Ambulatório de Saúde
Função exercida pela entidade: Atendimento à Saúde da população
Órgão concessor: Secretaria de Estado da Saúde
Valor empenhado pelo Estado: 15.471.964,68
Município: SAO PAULO
Valor empenhado: 15.343.464,18
Exercício: 2015

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 22/08/2019
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta
Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta
Recomendações do TCESP: Nada consta
Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 591/001/12
CNPJ da entidade fiscalizada: 72.835.804/0001-11
Nome da entidade fiscalizada: santa casa de misericórdia de valparaíso
Nome(s) do(s) dirigente(s): maria gertrudes lobo -
CPF:090.982.928-44
Data da fiscalização: 02/07/2012
Tipo de atividade exercida pela entidade: médico e hospitalar
Função exercida pela entidade: atendimento médico e hospitalar
Órgão concessor: prefeitura municipal de valparaíso
Valor empenhado pelo Estado: 0,00
Município: VALPARAISO
Valor empenhado: 650.443,47
Exercício: 2011

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 25/05/2018
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta
Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta
Recomendações do TCESP: Nada consta

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2º TRIMESTRE DE 2020

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 22/006/19

CNPJ da entidade fiscalizada: 52.852.100/0001-40

Nome da entidade fiscalizada: Irmandade de Misericórdia de Monte Alto

Nome(s) do(s) dirigente(s): Roberto Afonso Colatreli - CPF:832.551.098-68

Data da fiscalização: 04/02/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: Assistência Médico Hospitalar

Função exercida pela entidade: Saúde

Órgão concessor: Prefeitura

Valor empenhado pelo Estado: 2.135.269,85

Município: MONTE ALTO

Valor empenhado: 2.135.289,85

Exercício: 2016

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 01/10/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:

1) Ausência de descrições mais detalhadas dos serviços prestados constantes das notas fiscais apresentadas;2) Ausência de publicação das Demonstrações Contábeis da Entidade na Imprensa Oficial;3) Ausência de demonstração do cumprimento de metas do plano de trabalho;4) Ausência de Relatório Governamental;5) Ausência de manifestação quanto à economicidade;6) Ausência de demonstração do recolhimento dos encargos trabalhistas;7) descumprimento do plano operativo com gastos com pessoal.

Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta

Recomendações do TCESP: 1) Exigir a emissão de notas fiscais dos prestadores de serviços médicos acompanhadas de relatórios descritivos dos serviços prestados;2) Publique no site da Entidade as informações sobre o ajuste;3) Deverá o Município aprimorar os mecanismos de controle efetando o acompanhamento da execução do plano de trabalho proposto;4) Ajustar as metas para os próximos planos de trabalhos dos ajustes vindouros.

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 16920/989/18

CNPJ da entidade fiscalizada: 72.189.582/0001-07

Nome da entidade fiscalizada: Santa Casa de Misericórdia de Tatuí

Nome(s) do(s) dirigente(s): Nanete Walti de Lima - CPF:752.676.408-91; Sandra Maria dos Santos - CPF:077.636.938-51; Alexandre Novais do Carmo - CPF:293.967.568-65; Fernanda Aparecida Rodrigues Laranjeira - CPF:283.519.848-25; João Carlos Costa - CPF:144.900.318-40; Vera Lucia das Dores - CPF:122.825.328-56

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2º TRIMESTRE DE 2020

Data da fiscalização: 02/08/2018
Tipo de atividade exercida pela entidade: atendimento médico-hospitalar
Função exercida pela entidade: atendimento médico-hospitalar
Órgão concessor: Prefeitura Municipal de Tatuí
Valor empenhado pelo Estado: 0,00
Município: TATUI
Valor empenhado: 6.851.806,65
Exercício: 2016

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 26/11/2019
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta
Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta
Recomendações do TCESP: Nada consta
Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 26374/989/19
CNPJ da entidade fiscalizada: 50.819.523/0001-32
Nome da entidade fiscalizada: GRUPO DE PESQUISA E ASSISTÊNCIA AO CÂNCER INFANTIL - GPACI
Nome(s) do(s) dirigente(s): CARLOS CAMARGO COSTA -
CPF:125.151.838-91
Data da fiscalização: 30/09/2019
Tipo de atividade exercida pela entidade: Atividades de atendimento hospitalar
Função exercida pela entidade: Atividades de atendimento hospitalar
Órgão concessor: Prefeitura Municipal
Valor empenhado pelo Estado: 0,00
Município: SOROCABA
Valor empenhado: 7.513.783,58
Exercício: 2018

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 13/05/2020
Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta
Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta
Recomendações do TCESP: Observar com maior rigor à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11).
Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 16358/989/18
CNPJ da entidade fiscalizada: 72.189.582/0001-07
Nome da entidade fiscalizada: Santa Casa de Misericórdia de Tatuí
Nome(s) do(s) dirigente(s): Nanete Walti de Lima -
CPF:752.676.408-91; Sandra Maria dos Santos -

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2º TRIMESTRE DE 2020

CPF:077.636.938-51; Alexandre Novais do Carmo -
CPF:293.967.568-65; Fernanda Aparecida Rodrigues Laranjeira -
CPF:283.519.848-25; João Carlos Costa - CPF:144.900.318-40; Vera
Lucia das Dores - CPF:122.825.328-56

Data da fiscalização: 24/07/2018

Tipo de atividade exercida pela entidade: atendimento
médico-hospitalar

Função exercida pela entidade: atendimento médico-hospitalar

Órgão concessor: Prefeitura Municipal de Tatuí

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: TATUI

Valor empenhado: 75.789,50

Exercício: 2016

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 26/11/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta

Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta

Recomendações do TCESP: Nada consta

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 26310/989/19

CNPJ da entidade fiscalizada: 60.975.737/0001-51

Nome da entidade fiscalizada: Sociedade Beneficente São Camilo

Nome(s) do(s) dirigente(s): João Batista Gomes de Lima -
CPF:153.620.588-51

Data da fiscalização: 30/09/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: Assistência
médico-hospitalar

Função exercida pela entidade: Assistência médico-hospitalar

Órgão concessor: Prefeitura

Valor empenhado pelo Estado: 15.774.181,62

Município: SALTO

Valor empenhado: 14.415.386,47

Exercício: 2018

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 22/06/2020

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta

Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta

Recomendações do TCESP: Nada consta

Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 25143/989/19

CNPJ da entidade fiscalizada: 45.721.180/0001-39

Nome da entidade fiscalizada: Santa Casa de Misericórdia de
Cabreúva

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2º TRIMESTRE DE 2020

Nome(s) do(s) dirigente(s): Elisabeth Gomes Martins -
CPF:069.115.248-90

Data da fiscalização: 15/09/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: atividade médico-hospitalar

Função exercida pela entidade: atividade médico-hospitalar

Órgão concessor: Prefeitura Municipal

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: CABREUVA

Valor empenhado: 7.063.027,77

Exercício: 2018

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 13/12/2019

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Não houve

Sanções aplicadas pelo TCESP: Não houve

Recomendações do TCESP: Ao órgão concessor:- Que passe a firmar ajuste específico (termo de colaboração ou termo de fomento), nos termos estabelecidos na Lei Federal nº 13.019/14 alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, sob pena de proposta de irregularidade do repasse, caso esta ausência se repita no próximo exercício.À entidade beneficiária:- Dar pleno atendimento às disposições da Lei de Acesso à Informação; e- Regularizar sua situação junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Dívida Ativa).

Demais providências assinaladas: Não houve

Número do processo: 19629/989/18

CNPJ da entidade fiscalizada: 60.992.427/0018-93

Nome da entidade fiscalizada: Beneficência Nipo Brasileira de São Paulo

Nome(s) do(s) dirigente(s): Akeo Uehara Yogui -
CPF:150.790.158-53

Data da fiscalização: 17/10/2019

Tipo de atividade exercida pela entidade: Assistência médico-hospitalar

Função exercida pela entidade: Assistência médico-hospitalar

Órgão concessor: Prefeitura

Valor empenhado pelo Estado: 0,00

Município: SAO MIGUEL ARCANJO

Valor empenhado: 3.845.542,92

Exercício: 2018

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 09/06/2020

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Nada consta

Sanções aplicadas pelo TCESP: Nada consta

Recomendações do TCESP: Aprimorar as metas de execução do

RELATÓRIO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2º TRIMESTRE DE 2020

convênio e adequar a movimentação bancária de recursos próprios
Demais providências assinaladas: Nada consta

Número do processo: 9878/989/20

CNPJ da entidade fiscalizada: 60.975.737/0068-69

Nome da entidade fiscalizada: Sociedade Beneficente Santa Casa de Itu

Nome(s) do(s) dirigente(s): Leocir Pessini - CPF:988.954.868-20;
João Batista Gomes de Lima - CPF:153.620.588-51

Data da fiscalização: 18/03/2020

Tipo de atividade exercida pela entidade: atividades médico-hospitalares

Função exercida pela entidade: atividades médico-hospitalares

Órgão concessor: Departamento Regional de Saúde

Valor empenhado pelo Estado: 358.154,50

Município: SOROCABA

Valor empenhado: 0,00

Exercício: 2014

Data da sentença / acórdão - D.O.E.: 23/03/2020

Ilegalidades / irregularidades / não-conformidades detectadas:
Não houve

Sanções aplicadas pelo TCESP: Não houve

Recomendações do TCESP: Não houve

Demais providências assinaladas: Não houve